



Bela Vista
Geração de Energia

Bela Vista Geração de Energia S.A.

CNPJ nº 32.116.582/0001-62

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua Jose Izidoro Biazetto, 158 - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
Balancos Patrimoniais	10
Demonstrações de Resultados	12
Demonstrações de Resultados Abrangentes	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
1 Contexto Operacional.....	15
2 Base de Preparação.....	15
3 Políticas Contábeis Materiais	17
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	21
5 Clientes	21
6 Imobilizado.....	22
7 Intangível	23
8 Tributos	23
9 Fornecedores	24
10 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	24
11 Patrimônio Líquido	25
12 Receita Operacional Líquida	26
13 Custos e Despesas Operacionais	26
14 Resultado Financeiro	27
15 Imposto de renda e contribuição social	27
16 Instrumentos Financeiros	28
17 Transações com Partes Relacionadas	29
18 Seguros	29
19 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	30
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Bela Vista Geração de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2023, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

A COMPANHIA

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista, Companhia) foi constituída em 06.11.2018, nos termos de seu Estatuto Social e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Bela Vista em números

Em milhares de Reais	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	235.581	237.381	(0,8)
Caixa e equivalentes de caixa	34.999	22.934	52,6
Receita operacional bruta	30.880	31.394	(1,6)
Deduções da receita	1.126	1.146	(1,7)
Receita operacional líquida	29.754	30.248	(1,6)
Custos e despesas operacionais	(23.617)	(19.494)	21,2
Resultado das atividades	6.137	10.754	(42,9)
Ebitda ou Lajida (a)	17.338	21.918	(20,9)
Resultado financeiro	3.296	1.405	134,6
IRPJ/CSLL	(2.900)	(1.421)	104,1
Lucro operacional	9.433	12.161	(22,4)
Lucro líquido do exercício	6.533	10.740	(39,2)
Patrimônio líquido	229.271	229.652	(0,2)
Dividendos	6.206	7.153	(13,2)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	10,8	5,8	86,2
Liquidez geral (índice)	6,2	3,5	77,1
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	58,3	72,5	(19,6)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	31,7	40,2	(21,1)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	22,0	35,5	(38,0)
Participação de capital de terceiros (%)	2,7	3,3	(18,2)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (LL ÷ (PL Inicial))	2,8	4,9	(42,9)

(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

1. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Bela Vista tem a tradição do grupo Copel, que é pioneira na gestão de questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Ao longo de sua história, a Copel consolidou-se como um grupo comprometido em prover energia e soluções para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo o primeiro do setor elétrico a aderir ao Pacto Global das Organizações das Nações Unidas - ONU, em 2000.

O crescimento econômico, a responsabilidade socioambiental, a inovação e a excelência em governança são conceitos intrínsecos à estratégia de negócios da Companhia e a Copel tem orgulho de estar na vanguarda da preservação da biodiversidade e de programas socioambientais, conforme as diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia.

Para difundir e materializar esse compromisso, a Copel desenvolve ações e programas que beneficiam a comunidade, o meio ambiente e o público interno. A trajetória da Copel rumo à sustentabilidade prioriza a inovação nos processos, a qualidade dos serviços prestados e a transparência na gestão.

Outras informações sobre as práticas adotadas pela Companhia e o desenvolvimento sustentável podem ser acessadas no endereço <https://copelsustentabilidade.com>.

- **Referencial Estratégico**

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Copel, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Visão: Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

Valores:

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Bela Vista segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora, que abrange um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o desempenho dos administradores esteja sempre alinhado com o melhor interesse da Copel e dos *stakeholders*. Atualmente, a Controladora (Copel) está listada no Nível 1 de Governança da B3 (bolsa de valores do Brasil), atende aos dispositivos das Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, às regras da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Copel cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission* - SEC e da *New York Stock Exchange* - NYSE, nos Estados Unidos; e do Latibex, da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha. Os principais documentos e políticas de governança da Companhia podem ser conferidos no endereço eletrônico da Copel.

2.1. Estrutura de Governança

A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Copel no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Reunida.

A descrição completa da estrutura administrativa e demais informações relevantes estão disponíveis em <https://www.copel.com/hpcweb/institucional/portal-da-transparencia/institucional/>

2.2. Integridade

- **Programa de Integridade**

Tem por finalidade o correto tratamento aos desvios éticos e de conduta e principalmente a implementação de medidas anticorrupção adotadas para prevenção, detecção e remediação de atos lesivos à Companhia, que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

O programa se destina a todos os empregados, fornecedores, terceirizados, estagiários, prestadores de serviços e contratados e, para cumprimento de sua função, está fundamentado em: liderança e estrutura; análise de risco; políticas e procedimentos; comunicação e treinamentos; e monitoramento do programa; sendo cinco pilares que, de forma interdependente, sustentam o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de todos os mecanismos adotados.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O empreendimento, com 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios, contempla uma Pequena Central Hidrelétrica localizada - PCH construída no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A PCH Bela Vista começou a operar no primeiro semestre de 2021 e a energia produzida é encaminhada para o sistema através de uma linha de distribuição de alta-tensão de 138 mil Volts (kV) até a subestação da Copel Distribuição S.A. em Dois Vizinhos, também no Sudoeste, numa extensão de 18,4 km. Em 2023, foi concluída a implantação da quarta unidade geradora, que entrou em operação comercial em 07.06.2023, de forma antecipada ao prazo de suprimento dos contratos de venda de energia elétrica comercializados no 28º Leilão de Energia Nova (Leilão Aneel nº 003/2018).

O empreendimento possui baixo impacto ambiental com reservatório de 2,85 km² (284,88 ha) para o nível de água máximo normal, sendo que desta área, aproximadamente 1,77 km² (177,33 ha) pertencem à calha natural do Rio Chopim, resultando em uma área efetivamente alagada de 1,08 km² (108 ha), ou seja, um incremento de área molhada de apenas 38%, aproximadamente, em relação à situação original.

A obra beneficia cerca de 100 mil consumidores com energia elétrica, reforçando a disponibilidade de energia do parque gerador da Copel. Adicionalmente, durante a implantação da usina, foi construída uma ponte rodoviária de 200 metros sobre o Rio Chopim como contrapartida para a comunidade do entorno, contribuindo para melhorar o escoamento da produção agrícola entre São João e Verê.

Usina em operação em 31.12.2023 – Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
PCH Bela Vista	29,8	18,6	100%	29,8	18,6	12.06.2021	02.01.2041
TOTAL	29,8	18,6		29,8	18,6		

Garantia Física Realizada e Esperada

Garantia física GWh/ano proporcional	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
PCH Bela Vista	162,7	163,0	163,5	163,0	163,0	163,0	163,5
TOTAL	162,7	163,0	163,5	163,0	163,0	163,0	163,5

Modelo de Negócio e Condições no ACR

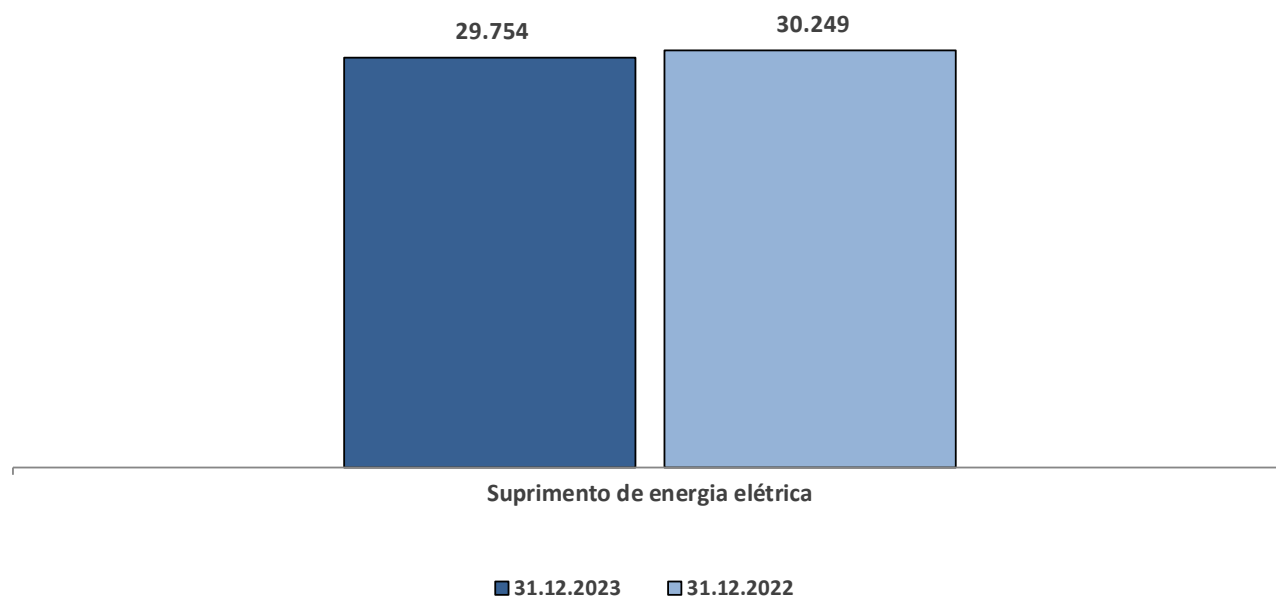
Usinas	Modelo de Negócio em 1º.01.2024	Preço no ACR em 1º.01.2024	Data e índice de reajuste no ACR
PCH Bela Vista	79% ACR e 21% ACL até 31.12.2053	Médio: R\$ 261,79 / MWh (1)	IPCA várias datas

(1) Cada CCEAR tem um preço devido a data de reajuste ser diferente para cada distribuidora.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

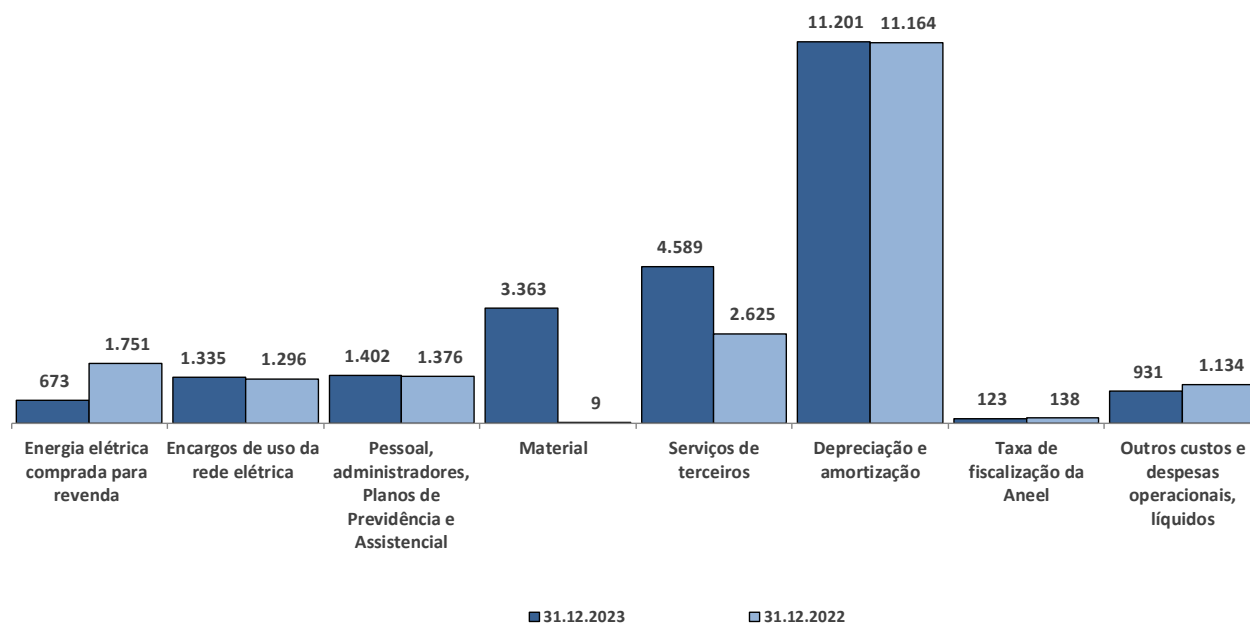
4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2023, a Receita Operacional Líquida teve decréscimo de R\$ 495, representando 1,6% de redução em relação a 2022 devido principalmente pela menor venda de energia para a Copel Mercado Livre compensada parcialmente pela liquidação pela CCEE:



4.2. Custos e Despesas Operacionais

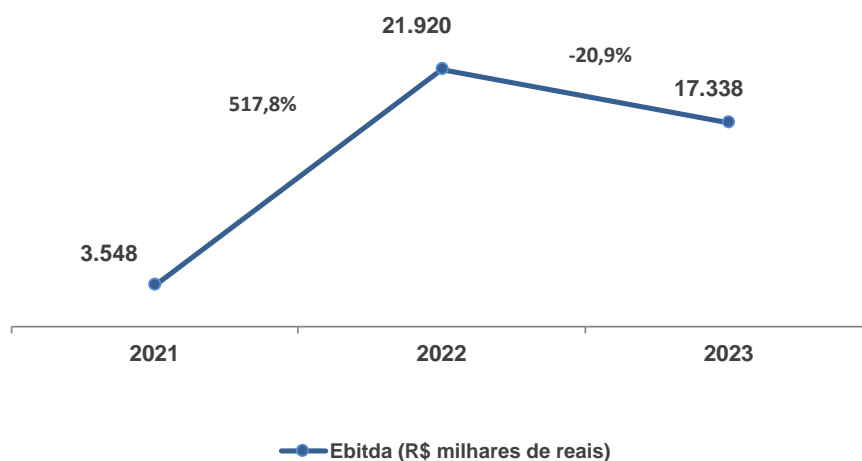
Em 2023, os Custos e Despesas Operacionais tiveram acréscimo de R\$ 4.253, representando 21,2% de aumento em relação a 2022 devido ao aumento na aquisição de materiais e serviços para manutenção do sistema elétrico:



4.3. EBITDA ou LAJIDA

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Lucro líquido	6.533	10.740	(3.125)
Despesas com tributos sobre os lucros	2.900	1.421	555
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(3.296)	(1.405)	(140)
Lajir/Ebit	6.137	10.756	(2.710)
Depreciação e Amortização	11.201	11.164	6.258
Lajida/Ebitda	17.338	21.920	3.548
Receita Operacional Líquida - ROL	29.754	30.249	16.600
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	58,27%	72,47%	21,37%

O Ebitda da Companhia em 2023 foi de R\$ 17.338 apresentando redução de R\$ 4.581 ou 20,9% em relação a 2022.



4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 1.891 devido principalmente ao aumento da renda de aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.999	22.934
Clientes	5	3.074	2.997
Imposto de renda e contribuição social		491	250
Outros tributos a recuperar	8	22	15
Despesas antecipadas		406	631
		38.992	26.827
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		218	-
Outros tributos a recuperar	8	6	15
		224	15
Imobilizado	6	191.085	205.250
Intangível	7	5.280	5.289
		196.589	210.554
TOTAL DO ATIVO		235.581	237.381

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	37
Partes relacionadas	18	238	241
Fornecedores	9	587	1.356
Imposto de renda e contribuição social		278	254
Outras obrigações fiscais	8	500	248
Dividendos a pagar	11.3	1.552	1.788
Outras contas a pagar		446	697
		3.601	4.621
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	865	416
Provisões para litígios	10	1.844	2.692
		2.709	3.108
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	223.913	223.913
Reserva legal	11.2	703	376
Dividendo adicional proposto	11.3	4.655	5.363
		229.271	229.652
TOTAL DO PASSIVO		235.581	237.381

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	29.754	30.249
Custos Operacionais	13	(21.576)	(17.786)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		8.178	12.463
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(1.919)	(1.481)
Outras despesas operacionais	13	(122)	(226)
		(2.041)	(1.707)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		6.137	10.756
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		3.304	1.405
Despesas financeiras		(8)	-
		3.296	1.405
LUCRO OPERACIONAL		9.433	12.161
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15		
Imposto de renda e contribuição social		(2.450)	(1.015)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(450)	(406)
		(2.900)	(1.421)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.533	10.740
RESULTADO LIQUIDO BASICO E DILUIDO POR AÇÃO - em reais	11.4	0,02919	0,04798
Ações ordinárias	11.4		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.533	10.740
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	6.533	10.740

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldo em 01.01.2022		223.862	-	-	(3.211)	220.651
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.740	10.740
Aumento de capital	11.1	51	-	-	-	51
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	11.2	-	376	-	(376)	-
Dividendos	11.3	-	-	-	(1.790)	(1.790)
Dividendo adicional proposto	11.3	-	-	5.363	(5.363)	-
Saldo em 31.12.2022		223.913	376	5.363	-	229.652
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.533	6.533
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	(5.363)	-	(5.363)
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	11.2	-	327	-	(327)	-
Dividendos	11.3	-	-	-	(1.551)	(1.551)
Dividendo adicional proposto	11.3	-	-	4.655	(4.655)	-
Saldo em 31.12.2023		223.913	703	4.655	-	229.271

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		6.533	10.740
Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias		7	-
Depreciação e amortização	13	11.200	11.164
Imposto de renda e contribuição social		2.450	1.015
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	450	407
Resultado das baixas de imobilizado		2.274	-
		22.914	23.326
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(77)	(857)
Depósitos judiciais		(218)	-
Imposto de renda e contribuição social		(241)	(240)
Outros tributos a recuperar		2	2
Despesas antecipadas		225	(596)
		(309)	(1.690)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(37)	(90)
Partes relacionadas		(3)	140
Fornecedores		(558)	(1.814)
Outras obrigações fiscais		252	103
Outras contas a pagar		(251)	697
Provisões para litígios	10.1	1	91
		(596)	(873)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		22.009	20.763
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.426)	(1.012)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		19.583	19.751
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(211)	(2.256)
Aquisições de intangível	7.1	(156)	(20)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(367)	(2.276)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(7.151)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(7.151)	-
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		12.065	17.475
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	22.934	5.459
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	34.999	22.934
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		12.065	17.475

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista ou Companhia), com sede na Rua Jose Isidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como sociedade anônima de capital fechado, em 06.11.2018. Tem como objeto social a exploração da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Bela Vista, bem como a geração, conexão com o sistema elétrico e comercialização da energia gerada a partir da exploração desse empreendimento hidrelétrico localizado no Rio Chopim, Estado do Paraná, por meia da REA nº 7802/2019 com prazo final da concessão em 02.01.2041. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A PCH Bela Vista tem 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios. A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA. As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019 e a entrada em operação comercial das três principais unidades geradoras ocorreu em 12.06.2021, 12.07.2021 e 15.08.2021. A entrada em operação da central geradora (*Stream Diver*) de 0,488 MW médios, foi liberada para início da operação em teste a partir de 28.02.2023, entrando em operação comercial em 07.06.2023.

2 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 11.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 6 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 7 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.5 e 10 - Provisões para Litígios e Passivos Contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.6 - Reconhecimento da Receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nºs 3.8 e 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, que é revisada anualmente e ajustada, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 **Intangível**

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além de servidões de passagem que são amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao período da concessão

3.5 **Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6 **Reconhecimento da Receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados

para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferido.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback” (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	319	2.112
Aplicações financeiras de liquidez imediata	34.680	20.822
	34.999	22.934

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas com 96,0% (entre 94,0% e 96,0% em 31.12.2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	31.12.2023	31.12.2022
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	2.140	2.140	2.997
CCEE	934	934	-
	3.074	3.074	2.997

6 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais para a geração de energia elétrica.

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	75.992	(10.024)	65.968	75.992	(6.144)	69.848
Máquinas e equipamentos	85.560	(10.728)	74.832	85.560	(6.409)	79.151
Edificações	36.347	(4.784)	31.563	36.347	(2.927)	33.420
Terrenos	20.818	(2.680)	18.138	21.901	(1.701)	20.200
	218.717	(28.216)	190.501	219.800	(17.181)	202.619
Em curso						
Custo	584	-	584	2.631	-	2.631
	584	-	584	2.631	-	2.631
	219.301	(28.216)	191.085	222.431	(17.181)	205.250

	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições	Depreciação	Transf. Litígios	Transferências	Saldo em 31.12.2022	Depreciação	Baixas	Transf. Litígios	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Em serviço											
Reservatórios, barragens, adutoras	73.727	-	(3.880)	-	-	69.847	(3.880)	-	-	-	65.967
Máquinas e equipamentos	83.333	-	(4.183)	-	-	79.150	(4.320)	-	-	-	74.830
Edificações	35.269	-	(1.848)	-	-	33.421	(1.856)	-	-	-	31.565
Terrenos	19.685	-	(1.096)	-	1.612	20.201	(979)	-	-	(1.083)	18.139
	212.014	-	(11.007)	-	1.612	202.619	(11.035)	-	-	(1.083)	190.501
Em curso											
Custo	2.706	2.184	-	(647)	(1.612)	2.631	-	(2.274)	(856)	1.083	584
	2.706	2.184	-	(647)	(1.612)	2.631	-	(2.274)	(856)	1.083	584
Total	214.720	2.184	(11.007)	(647)	-	205.250	(11.035)	(2.274)	(856)	-	191.085

Os ativos do projeto original da usina de PCH Bela Vista são considerados pelo Poder Concedente sem total garantia de indenização do valor residual ao final do prazo da concessão. Essa interpretação está fundamentada na Lei das Concessões nº 8.987/1995 e no Decreto nº 2.003/1996, que regulamentam a produção de energia elétrica por produtor independente. Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, a depreciação é realizada pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados, serão indenizados ao final do prazo das concessões e depreciados com as taxas estabelecidas pela vida útil do ativo, a partir da entrada em operação.

Em 07.06.2023 a central geradora (*Stream Diver*) da PCH Bela Vista foi liberada para início da operação comercial, finalizando 100% do empreendimento. Porém, a entrada em operação comercial das três unidades geradoras já ocorreu durante o ano de 2021.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2023 e em 2022.

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2023	31.12.2022
Geração		
Edificações	5,11	5,11
Equipamento geral	5,46	5,26
Máquinas e equipamentos	5,17	5,32
Geradores	5,13	5,26
Reservatórios, barragens e adutoras	5,11	5,26
Turbina hidráulica	5,19	5,26

7 Intangível

7.1 Mutação do intangível

	em serviço	em curso	Total
Em 1^o.01.2022	2.499	3.235	5.734
Aquisições	-	20	20
Transferências - imobilizado	-	(308)	(308)
Capitalizaç�es para intangível em serviço	490	(490)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização (a)	(157)	-	(157)
Em 31.12.2022	2.832	2.457	5.289
Aquisições	-	156	156
Quotas de amortização - concessão e autorização (a)	(165)	-	(165)
Em 31.12.2023	2.667	2.613	5.280

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

8 Tributos

8.1 Imposto de renda contribuição social diferidos

	Saldo em 1^o.01.2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2023
Ativo não circulante	-	-	-	-	-
(-) Passivo não circulante					
Provisão de rendimentos de aplicações financeiras - CDB.	9	407	416	449	865
	9	407	416	449	865
Líquido	(9)	(407)	(416)	(449)	(865)

8.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	22	15
	22	15
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	6	15
	6	15
Passivo circulante		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	90	109
Outros tributos	410	139
	500	248

9 Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica	-	246
Materiais e serviços	587	1.110
	587	1.356

10 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

10.1 Mutação das provisões para litígios

	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Variação Monetária	Adições / Reversões no ativo	Saldo em 31.12.2023
Fiscais	91	-	-	(91)	-
Cíveis					
Cíveis e direito administrativo	-	1	7	276	284
Servidões de passagem	183	-	-	(30)	153
Desapropriações e patrimoniais	2.418	-	-	(1.011)	1.407
	2.601	1	7	(765)	1.844
	2.692	1	7	(856)	1.844

	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Adições no ativo	Saldo em 31.12.2022
Fiscais	-	91	-	91
Cíveis				
Servidões de passagem	491	-	(308)	183
Desapropriações e patrimoniais	3.065	-	(647)	2.418
	3.556	-	(955)	2.601
	3.556	91	(955)	2.692

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 o saldo de passivos contingentes identificados é no valor de R\$ 78 (R\$ 81 em 31.12.2022) e referem-se a servidões de passagem.

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31.12.2023, no valor de R\$ 223.913 (R\$ 223.913 em 31.12.2022) é composto por 223.913.000 (223.913.000 em 31.12.2022) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel GeT.

11.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos

11.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	6.533	10.740
(-) Absorção de prejuízo acumulado	-	(3.211)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	6.533	7.529
Reserva legal (5%)	(327)	(376)
	6.206	7.153
Dividendos propostos		
Dividendos (25%)	1.551	1.790
Dividendo adicional proposto (*)	4.655	5.363
	6.206	7.153

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

11.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	6.533	10.740
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	223.913.000	223.913.000
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	0,02919	0,04798

12 Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/Pasep e Cofins	Receita Líquida 31.12.2023	Receita Líquida 31.12.2022
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	29.311	(1.069)	28.242	29.998
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.569	(57)	1.512	251
	30.880	(1.126)	29.754	30.249

13 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas administrativas	Outras despesas líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda	(673)	-	-	(673)	(1.751)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.335)	-	-	(1.335)	(1.296)
Pessoal e administradores	-	(1.306)	-	(1.306)	(1.300)
Planos previdenciário e assistencial	-	(96)	-	(96)	(76)
Material	(3.350)	(13)	-	(3.363)	(9)
Serviços de terceiros	(4.352)	(237)	-	(4.589)	(2.625)
Depreciação e amortização	(11.192)	(9)	-	(11.201)	(11.164)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(123)	(123)	(138)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(674)	(258)	1	(931)	(1.134)
	(21.576)	(1.919)	(122)	(23.617)	(19.493)



14 Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.299	1.399
Outras receitas financeiras	5	6
	3.304	1.405
(-) Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	8	-
	8	-
Líquido	3.296	1.405

15 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	30.880	30.880	31.395	31.395
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.470	3.706	2.512	3.767
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	3.304	3.304	1.405	1.405
(-) Receita financeira provisionada	(1.322)	(1.322)	(1.194)	(1.194)
Outras receitas	2.495	2.495	-	-
(=) Base de cálculo	6.947	8.183	2.723	3.978
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	1.713	737	657	358
Receita financeira provisionada	1.322	1.322	1.194	1.194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	331	119	299	107

16 Instrumentos Financeiros

16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	34.999	34.999	22.934	22.934
			34.999	34.999	22.934	22.934
Custo amortizado						
Clientes (a)	5	1	3.074	3.074	2.997	2.997
Total dos ativos financeiros			38.073	38.073	25.931	25.931
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		587	587	1.356	1.356
Total dos passivos financeiros			587	587	1.356	1.356

Nível 1 de hierarquia de valor justo: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros é equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

16.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

16.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Os riscos relacionados as perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares

16.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

16.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

17 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladora - Copel GeT								
Dividendos	-	-	1.552	1.788	-	-	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	-	(41)
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	178	179	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	225	209	-	-	(2.686)	(2.488)
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	11	13	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.335)	(1.296)
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	49	49	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	2.140	2.997	-	-	29.311	31.133	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(555)	(650)

(a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

18 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	30.11.2024	180.075
Seguro D&O	28.03.2025	121.033

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4.8413. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

19 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

19.1 Transações que não envolvem caixa

As transferências do imobilizado de R\$ 856 se referem às reversões nas provisões para litígios de servidão e desapropriação.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Curitiba, 11 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Michael Luiz de Souza
Contador CRC-PR-058084/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Bela Vista Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bela Vista Geração de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bela Vista Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

